



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 8, agosto 2005. 37 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 4,3 bilhões em agosto, acumulando no ano superávit de R\$ 49,4 bilhões (3,92% do PIB). O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 7,1 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 216,5 milhões, respectivamente. A receita administrada tem superado as expectativas do governo, devido ao crescimento de 28,9% das receitas do IRPJ e da CSLL no período janeiro-agosto 2005 sobre o mesmo período de 2004. Do lado das despesas, aquelas com pessoal, excluindo a parcela patronal da contribuição para o plano de seguridade social (CPSS) do servidor, cresceram 8,2%, representando crescimento acima da inflação medida pelo IPCA. As despesas com benefícios, por sua vez, cresceram 17,2%, aproximadamente o dobro da taxa de crescimento do PIB *per capita* projetada para 2005, contribuindo para o aumento de 22,9% no déficit da Previdência Social. Por seu lado, as transferências para estados e municípios cresceram 23,7% nos primeiros oito meses do ano, *vis-a-vis* igual período de 2004. O item “demais despesas de custeio e capital”, onde estão computadas as despesas discricionárias, vêm mantendo comportamento padrão, respeitando a sazonalidade habitual do início do segundo semestre (crescimento de 13,9% em relação a 2004).

O resultado primário do Governo Central de agosto foi superavitário em aproximadamente R\$ 4,3 bilhões, contra R\$ 5,1 bilhões em julho.

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	17,1%
Tesouro	17,5%
Previdência	15,4%
Transferências	23,7%
Receita Líquida	15,8%
Despesas	14,8%
Benefícios	17,2%
Pessoal	8,2%
Custeio e Capital	17,6%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JUL 2005	AGO 2005	JAN-AGO 2004	JAN-AGO 2005
I. RECEITA TOTAL	40.193,2	39.247,9	268.595,8	314.584,0
I.1. Receitas do Tesouro	31.604,4	30.212,3	210.295,5	247.163,4
I.1.1 Receita Bruta (1)	33.960,4	31.297,7	219.351,7	255.118,6
I.1.2. (-) Restituições	-2.356,0	-1.085,4	-9.056,1	-7.955,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.474,5	8.952,4	57.567,6	66.456,2
I.3. Receitas do Banco Central	114,3	83,3	732,6	964,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.463,2	6.751,1	44.226,5	54.721,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	33.730,0	32.496,9	224.369,2	259.863,0
IV. DESPESA TOTAL	28.621,0	28.234,7	183.387,4	210.507,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.315,0	6.724,3	52.652,6	56.987,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.561,3	11.560,7	75.294,9	88.240,6
IV.3. Custeio e Capital	8.567,3	9.627,2	54.193,7	63.708,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.309,3	1.737,4	6.136,8	7.415,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	525,5	383,6	2.544,3	4.045,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	821,7	826,6	4.800,5	5.896,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.910,8	6.679,6	40.712,1	46.351,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	49,3	22,7	372,2	392,9
IV.5. Despesas do Banco Central	128,1	299,8	873,9	1.178,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.109,1	4.262,2	40.981,8	49.355,6
V.1. Tesouro Nacional	8.209,6	7.087,0	58.850,4	71.353,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.086,8	-2.608,3	-17.727,3	-21.784,4
V.3. Banco Central (4)	-13,8	-216,5	-141,3	-213,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,61%	3,92%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

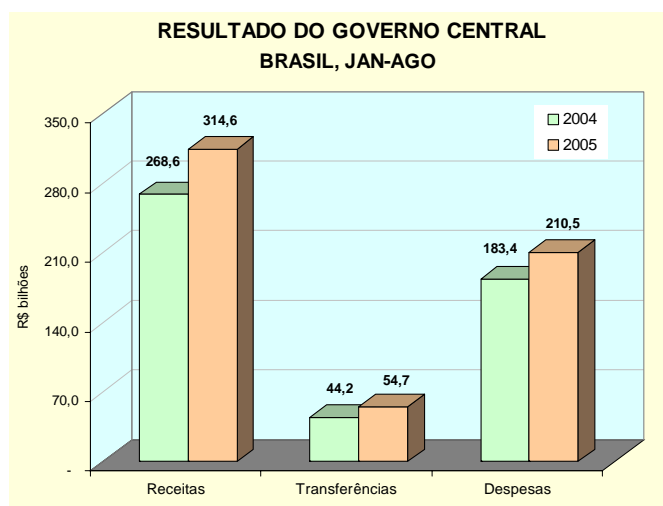
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	23,63%	24,97%
Transferências	3,89%	4,34%
Receita Líquida	19,74%	20,62%
Despesa Total	16,13%	16,71%
Resultado Primário	3,61%	3,92%

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Pessoal e Encargos	8.315,0	6.724,3
Custeio e Capital	8.567,3	9.627,2
Despesas do FAT	1.309,3	1.737,4
Subsídios e Subvenções /1	525,5	383,6
LOAS/RMV	821,7	826,6
Outras	5.910,8	6.679,6
Transferência ao Bacen	49,3	22,7

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

O resultado de agosto foi inferior ao obtido no mês anterior devido à sazonalidade dos tributos com apuração trimestral (CSLL, IRPJ e cota-parte de compensações financeira), com pagamento em julho, sem correspondência no mês em análise. Do lado da despesa, a redução nos gastos com pessoal e encargos (13º salário em julho) foi compensada pelo aumento das despesas de custeio e capital. Destaca-se a despesa com abono-salarial e seguro-desemprego do FAT, não obstante a redução no desemprego na esteira da criação de novas vagas de trabalho, especialmente no mercado formal. A execução das despesas dos órgãos do Poder Executivo também aumentou, acompanhando a disponibilidade de recursos e os limites da programação orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o período. As transferências a estados e municípios cresceram no mês devido ao repasse da cota-parte de compensações financeiras arrecadada em julho, apesar do repasse da CIDE naquele mês, sem correspondência em agosto.

O crescimento da receita do Tesouro Nacional deve-se ao comportamento da economia este ano, especialmente à lucratividade de setores exportadores (e.g., (metalurgia e extração de minerais) e de serviços regulados (correios, eletricidade e telecomunicações), e ao preço do petróleo no mercado internacional.



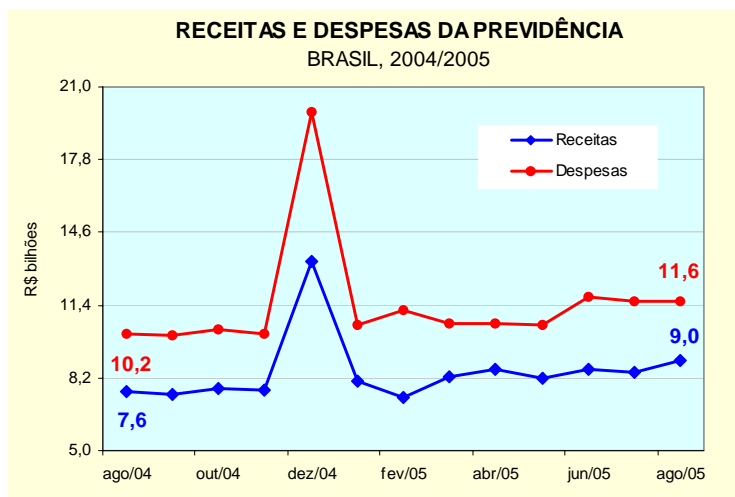
No ano, o resultado primário do Governo Central segue sendo impulsionado pelo comportamento das receitas associadas ao bom desempenho econômico do setor produtivo e ao comportamento do preço internacional do petróleo. Superando as expectativas do governo, o IRPJ e a CSLL arrecadados até agosto de 2005 superaram a receita de igual período de 2004 em R\$ 7,6 bilhões (28,9%) e R\$ 3,9 bilhões (28,8%), respectivamente. Por sua vez, as receitas de cota-parte de compensações financeiras, especialmente participação especial e *royalties* pela exploração de petróleo e gás, cresceram R\$ 2,3 bilhões (30,1%) este ano. Em conjunto, esses três tributos explicam quase 40% do aumento da arrecadação nominal do Tesouro Nacional no período (R\$ 36,9 bilhões), ainda que correspondam a não mais do que um quarto do total dessa receita. Em decorrência do bom desempenho desses tributos (IRPJ e cota-parte

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	18,50%	19,62%
Transferências	3,89%	4,34%
Despesas do Tesouro	9,43%	9,61%
Resultado Primário	5,18%	5,66%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

são partilhados), as transferências a estados e municípios cresceram 23,7%, equivalente a R\$ 10,5 bilhões em termos nominais e 0,45 ponto percentual do PIB. As despesas de pessoal, excluindo a parcela patronal da contribuição para o plano de seguridade social (CPSS) do servidor (vide boxe com nota metodológica), cresceram R\$ 4,3 bilhões (8,2%) em termos nominais, acima da inflação medida pelo IPCA (7,3%), o que significa, até agora, ligeiro crescimento em termos reais da folha de pagamento. No ano, as últimas estimativas indicam que a folha da União deve atingir o montante de R\$ 93,4 bilhões, valor que seria 11,6% superior ao despendido no ano passado, e representaria crescimento real de 6,2% sobre a meta de IPCA (5,1%). As despesas de custeio e capital foram ainda mais dinâmicas, crescendo 17,6%. Os destaques ficam por conta dos gastos com aquisição de terras para fins de reforma agrária (TDA e Fundo da Terra), que cresceram 93,4% em relação a 2004, totalizando R\$ 691,6 milhões até agosto, e para as despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), R\$ 1,1 bilhão (22,8%) acima do executado até agosto do ano passado. Além disso, ocorreram despesas atípicas, associadas a reordenamento de passivos (repasso para Emgea) - R\$ 1,2 bilhão - e registros na Dívida Ativa da União por conta do PESA, sem correspondência no ano anterior (R\$ 276,7 milhões inscritos até agosto).

As despesas com pessoal (vide boxe 1) devem totalizar R\$ 93,4 bilhões no ano, 11,6% superior às de 2004. Em termos reais, esse crescimento corresponderia a 6,2% sobre a meta central do IPCA no ano (5,1%) e está associado à política ativa da União com recursos humanos, em especial o aumento dado a determinadas carreiras.



No ano, o crescimento das despesas com benefícios previdenciários (17,2%) supera o crescimento das receitas de contribuição (15,4%). O déficit da Previdência Social até agosto cresce, com isso, 22,9% em relação a igual período de 2004.

O déficit da Previdência Social alcançou 1,73% do PIB, refletindo aumento de R\$ 4,1 bilhões (22,9%) em relação ao mesmo período do ano passado, apesar do crescimento da receita de contribuições (15,4%), em linha com a geração de emprego formal nos últimos 12 meses. Contudo, o aumento de arrecadação (R\$ 8,9 bilhões) viu-se confrontado com a elevação de 17,2% nas despesas com benefícios (R\$ 12,9 bilhões), que corresponde a mais de duas vezes o crescimento nominal do PIB *per capita* projetado para este ano.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,06%	5,27%
Benefícios	6,62%	7,00%
Resultado Primário	-1,56%	-1,73%

Boxe 1 - Nota metodológica sobre despesas de pessoal

O Tesouro Nacional esclarece as mudanças realizadas na apuração das despesas de pessoal e encargos sociais no mês de agosto deste ano, que resultaram na revisão da série histórica divulgada no boletim "Resultado do Tesouro Nacional".

O art. 8º da Lei nº 10.887, de 18/06/04, estabeleceu a alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor público federal da União, de suas autarquias e fundações, em 22% (o dobro da contribuição do servidor ativo). Naquele ano, a partir do segundo semestre, passou-se a contabilizar em conta específica a referida contribuição, elevando em igual montante o total de despesas com pessoal e encargos sociais e as receitas de Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor (CPSS), *vis-à-vis* os anos anteriores, em que a alíquota patronal era de 11%.

Não obstante o efeito neutro no resultado primário dessas despesas imputadas ao setor público, a mudança legal suscita alguns ajustes para que se permita a adequada avaliação das despesas de pessoal e das políticas que as geram. Esses efeitos já se fizeram notar em 2004, visto que o aumento das despesas de pessoal naquele ano, considerando a nova parcela, correspondeu a 12,4%, ao passo que sem essa parcela corresponderia a 10,4%. Cabe lembrar que esse crescimento não tem efeitos financeiros ou sobre a carga tributária do governo, por ser essencialmente o resultado de um registro contábil.

Despesas com Pessoal	jan/ago 04		jan/ago 05		Variação		
	R\$ bi	%PIB	R\$ bi	%PIB	R\$ bi	%	p.p
No período							
Valor divulgado	54,4	4,79%	57,0	4,52%	2,6	4,7%	(0,27)
Valor revisado	52,7	4,63%	57,0	4,52%	4,3	8,2%	(0,11)
CPSS - Patronal	1,8	0,16%	nd	nd			

Despesas com Pessoal	2004		2005p		Variação		
	R\$ bi	%PIB	R\$ bi	%PIB	R\$ bi	%	p.p
No ano							
Valor divulgado	87,7	4,97%	93,4	4,79%	5,7	6,5%	(0,18)
Valor revisado	83,7	4,61%	93,4	4,79%	9,7	11,6%	0,17
CPSS - Patronal	4,0	0,35%	6,0	0,48%	2,0	50,4%	0,13

No início de 2005, visando ao aperfeiçoamento da estatística de pessoal, e de modo a isolar o efeito da contribuição patronal, alterou-se a forma de apuração da folha de pagamento da União. Essa mudança significou a exclusão dos valores referentes à parcela patronal, resultando na redução da despesa de pessoal e da receita de CPSS deste ano em igual montante. Esse tratamento, no entanto, gerou nova distorção da estatística, agora em relação aos valores apurados no exercício de 2004.

Decorrido um ano da vigência da Lei nº 10.887/2004, foi possível identificar os valores correspondentes às mudanças na estatística e proceder-se à recuperação dos montantes relativos à parcela patronal de 2004, para que a análise corrente voltasse a refletir de forma comparável o comportamento da política de pessoal da União. Assim, excluiu-se da folha de pagamento – e igualmente das receitas com CPSS – a parcela patronal de 2004 no montante de R\$ 1,8 bilhão até agosto, resultando em despesas efetivas de pessoal e encargos da ordem de R\$ 52,7 bilhões entre janeiro e agosto daquele ano, que se comparam com o montante de R\$ 57,0 bilhões despendidos nessa rubrica até agosto de 2005.

O procedimento adotado envolve a revisão da série divulgada de despesas com pessoal e encargos sociais de 1997 a 2004 (a série revista estará disponível no sítio do Tesouro Nacional brevemente) e acompanhará os valores referentes à parcela patronal como nota de *memo* na tabela 1 constante do anexo do boletim "Resultado do Tesouro Nacional". Contudo, quando da consolidação das informações referentes à parcela patronal de 2005, será possível também divulgar a série detalhada discriminando salários, contribuição do servidor (11%) e contribuição da União (22%) para o plano de seguridade social.

Execução das despesas de pessoal em 2005

Com a revisão na estatística divulgada pelo Tesouro Nacional, a folha de pagamento da União, excluindo a parcela patronal da contribuição ao plano de seguridade do servidor (CPSS), cresceu 8,2% até agosto de 2005, quando comparada a igual período de 2004. Isso representa crescimento real, quando descontado a variação do IPCA, da ordem de 0,9%. Esse crescimento reflete, entre outros fatores, a evolução do quantitativo (concursos realizados e contratações efetivadas) e o realinhamento de carreiras.

No ano, incluindo a última previsão de gastos com pessoal, estima-se que esse crescimento alcance 11,6%, acima da expectativa de inflação anual de 5,1%, e acima do crescimento nominal esperado para o PIB, como resultado da gradual implementação de decisões sobre remuneração e estrutura de carreiras públicas tomadas pelo Governo ao longo do ano passado, além de algum acréscimo no quantitativo de pessoal. A expectativa desse crescimento foi sublinhada quando da elaboração do orçamento da União para o exercício de 2005, tendo sido explicada em nota técnica da Secretaria do Tesouro Nacional do mês de maio último (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/nota_pessoal.pdf).

Assim, de acordo com a expectativa atual, essas despesas passariam de R\$ 83,7 bilhões (4,61% do PIB), em 2004, para R\$ 93,4 bilhões (4,79% do PIB), em 2005, incorporando para o último quadrimestre do ano o aumento de 13% concedido aos militares a partir de 1º de setembro. Destacam-se ainda os efeitos dos concursos para cargos efetivos autorizados no 2º semestre de 2004 (e.g. peritos médicos do INSS), dissídio dos funcionários da Rede Ferroviária Federal S.A. referentes a benefícios de legislação especial pagos pelo INSS, e sentenças de pessoal implantadas no 2º semestre de 2004 (empresas dependentes). Os efeitos dessas e outras medidas devem se dar em toda sua plenitude em 2006, quando terão impacto sobre os 12 meses do ano.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 31,3 bilhões em agosto, sendo R\$ 2,7 bilhões (7,8%) inferior ao verificado no mês anterior, basicamente em função de fatores sazonais. Parte desta queda, cerca de R\$ 1,3 bilhão, pode ser explicada pela não repetição do recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ e CSLL ocorrido no mês de julho referente à apuração trimestral encerrada em junho. Também, sem correspondência neste mês, ocorreu em julho homologação de compensação, efetuada por parte das instituições financeiras, que afetou o recolhimento da Cofins e PIS/Pasep. Por conta de tal efeito as reduções em agosto foram de 8,1% e 7,5%, respectivamente, em relação ao mês anterior.

Por outro lado, ocorreu crescimento na arrecadação dos tributos com apuração semanal, principalmente, do IRRF-Rendimentos do Trabalho (13,6%), IRRF-Outros Rendimentos (13,7%); IOF (19,5%) e CPMF (10,4%), explicado pela ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em agosto, contra quatro semanas em julho.

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 1,6 bilhão (32,9%), em virtude principalmente da arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, em particular pelo recolhimento trimestral da parcela referente à participação especial, ocorrida no mês de julho. Em contrapartida, houve incremento de R\$ 158,6 milhões no pagamento de dividendos à União, atingindo R\$ 559,0 milhões em agosto, contra R\$ 400,5 milhões em julho.

De janeiro a agosto de 2005 a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 255,1 bilhões contra R\$ 219,4 bilhões em 2004. Este crescimento associa-se em grande parte ao desempenho da arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil-RFB, em especial o IPI (13,62%), IRPJ (28,95%) e a CSLL (28,75%).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 29,8 bilhões até agosto deste ano, contra R\$ 23,9 bilhões em igual período do ano anterior. Verificou-se incremento de R\$ 2,3 bilhões, em relação ao acumulado de janeiro a agosto de 2004, na rubrica “Cota-Parte – Compensações Financeiras”, pela exploração de petróleo e gás natural, refletindo, em grande medida, os níveis elevados dos preços internacionais do petróleo. Destaca-se, ainda, o acréscimo de R\$ 755,0 milhões no recolhimento de dividendos pagos pelas empresas estatais ao Tesouro Nacional, basicamente como decorrência de melhores resultados alcançados em 2004.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITAS BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Impostos	12.899,3	13.097,6
Imposto de Renda	9.503,9	9.407,7
IPI	2.141,7	2.194,1
Outros	1.253,7	1.495,8
Contribuições	16.309,9	15.010,9
Cofins	7.892,0	7.251,2
CPMF	2.412,9	2.664,2
CSLL	2.590,4	1.958,8
Cide - Combustíveis	626,8	651,3
Outras	2.787,8	2.485,42
Demais	4.751,1	3.189,3
Cota parte	2.422,1	740,5
Diretamente Arrecadada	981,7	907,8
Dividendos da União	400,5	559,0
Pagamento Unificado ²	261,5	263,2
Outras	685,4	718,6
Total Bruto	33.960,4	31.297,7

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e rells foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,01%	8,46%
Imposto de Renda	5,89%	6,32%
IPI	1,29%	1,33%
Outros	0,82%	0,81%
Contribuições	9,19%	9,42%
Cofins	4,52%	4,53%
CPMF	1,48%	1,54%
CSLL	1,20%	1,39%
Cide - Combustíveis	0,00	0,00
Outras	1,55%	1,57%
Demais	2,10%	2,36%
Cota parte	0,01	0,01
Diretamente Arrecadada	0,01	0,01
Dividendos da União	0,29%	0,32%
Pagamento Unificado ¹	0,00	0,00
Outras	0,35%	0,40%
Total Bruto	19,30%	20,25%

¹ Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

Transferências a Estados e Municípios

Em agosto, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,8 bilhões, contra R\$ 6,5 bilhões em julho, registrando crescimento 4,5%. As transferências constitucionais para os fundos FPE e FPM aumentaram 3,6%, acompanhando o desempenho da arrecadação dos impostos compartilhados (IPI e IR).

Em relação às demais transferências destaca-se, no mês, o repasse de R\$ 1,4 bilhão referente à participação de *royalties* pela produção de petróleo e gás, que apresentou acréscimo de R\$ 802,8 milhões em relação a julho, refletindo o ingresso no mês anterior da cota trimestral da receita de participação especial, com transferência no primeiro decêndio de agosto. Em contrapartida houve redução de R\$ 203,2 milhões na transferência relativa ao salário-educação e de R\$ 49,8 milhões na complementação do Fundef, explicada basicamente pela sazonalidade bimestral desses repasses.

De janeiro a agosto de 2005, as transferências a estados e municípios aumentaram 23,7% em relação a 2004, perfazendo R\$ 54,7 bilhões. Em termos do PIB, as transferências aumentaram de 3,89% do PIB para 4,34% do PIB. Em termos nominais os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 10,5 bilhões são: i) aumento de R\$ 7,7 bilhões nas transferências para os fundos constitucionais FPE e FPM, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 1,7 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção e dos elevados preços do petróleo; e iii) incremento de R\$ 677,6 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis, tendo em vista que no ano anterior foram repassadas duas parcelas (abril e julho), frente a três parcelas (janeiro, abril e julho), ocorridas em 2005.

As despesas do Tesouro totalizaram R\$ 16,4 bilhões em agosto, inferiores às do mês anterior em R\$ 557,4 milhões (-3,3%). A principal redução foi na folha de pagamento de pessoal, que passou de R\$ 8,3 bilhões em julho para R\$ 6,7 bilhões em agosto (-19,1%), em decorrência do adiantamento naquele mês de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores públicos federais.

Por seu turno, as despesas do FAT aumentaram R\$ 428,1 milhões (32,7%), decorrentes da concentração dos pagamentos do abano salarial referente ao exercício 2005/2006, conforme previsto na Resolução nº 430 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), de 02/06/2005. As

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI-Exp.)

Decêndio	R\$ milhões	
	JUL	AGO
Terceiro Decêndio	6.056,6	5.973,6
Primeiro Decêndio	1.699,7	2.290,4
Segundo Decêndio	2.430,3	2.216,4
Total	10.186,6	10.480,4

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	33.884,5	41.568,0
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	671,5	1.349,1
Desoneração do ICMS	2.866,7	2.859,4
Demais	6.803,9	8.944,5
Total	44.226,5	54.721,0

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Pessoal e Encargos	8.315,0	6.724,3
Custeio e Capital	8.567,3	9.627,2
Despesas do FAT	1.309,3	1.737,4
Subsídios e Subvenções /1	525,5	383,6
LOAS/RMV	621,7	626,6
Outras	5.910,8	6.679,6
Transferência ao Bacen	49,3	22,7

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

outras despesas de custeio e capital aumentaram R\$ 768,8 milhões (13,0%), associada à dinâmica das despesas discricionárias.

De janeiro a agosto de 2005, as despesas do Tesouro Nacional foram de R\$ 121,1 bilhões, equivalentes a 9,61% do PIB, cerca de 0,18 ponto percentual superior ao de igual período do ano passado. As despesas com pessoal e encargos reduziram-se de 4,63% do PIB em 2004 para 4,52% neste ano. Em termos nominais, essas despesas aumentaram (8,2%) em ritmo superior à inflação do período (7,3%), logrando crescimento real dessa rubrica.

As despesas de custeio e capital aumentaram de 4,77% do PIB para 5,06% em 2005. Excluindo-se as despesas de capitalização da Emgea, que totalizaram R\$ 1,2 bilhão, e da transferência para a dívida ativa de dívidas agrícolas do PESA, no valor de R\$ 282,8 milhões, o aumento das despesas de custeio e capital foi da ordem de 0,17 ponto percentual do PIB. As transferências ao Banco Central permaneceram constantes, em 0,03% do PIB.

As despesas do FAT, incluindo os pagamentos de abono e seguro-desemprego, atingiram R\$ 7,4 bilhões, contra R\$ 6,1 bilhões no período de janeiro a agosto de 2004. Essas despesas equivaleram a 0,59% do PIB, ligeiramente superiores à relação observada em igual período de 2004 (0,54%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS e RMV) totalizaram R\$ 5,9 bilhões, superando em R\$ 1,1 bilhão (22,8%) os gastos incorridos em igual período de 2004, o que significou aumento equivalente a 0,05 ponto percentual do PIB. Esse crescimento esteve concentrado nos gastos efetuados no âmbito da LOAS, consequência das alterações introduzidas pelo estatuto do idoso.

Até agosto, as despesas com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 4,0 bilhões, equivalentes a 0,32% do PIB. Elas foram superiores em R\$ 1,5 bilhão àquelas em igual período de 2004 (0,10 ponto percentual do PIB). Excluindo as despesas de capitalização da Emgea e as subvenções aos fundos regionais, as demais despesas aumentaram R\$ 337,5 milhões. Destacam-se o crescimento nas despesas com:

- (i) AGF (aumento de R\$ 297,9 milhões), especialmente com as aquisições de trigo e arroz, efetuadas em virtude do exercício de opção de venda por parte dos agricultores;
- (ii) programa de garantia à sustentação de preços (aumento de R\$ 119,9 milhões), devido à ocorrência em 2005 de preços baixos de importantes

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, as despesas do Tesouro Nacional perfizeram o equivalente a 9,61% do PIB.

DESpesas DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,63%	4,52%
Custeio e Capital	4,77%	5,06%
Despesas do FAT	0,54%	0,59%
Subsídios e Subvenções /1	0,22%	0,32%
LOAS/RMV	0,42%	0,47%
Outras	3,58%	3,68%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
Agricultura	1.048,7	1.404,7
Custeio Agropecuário	75,1	131,9
Investimento Rural	324,7	262,9
Preços Agrícolas	(56,4)	361,0
- EGF	3,5	3,2
- AGF	(63,0)	234,9
- Sustentação de preços	3,1	122,9
Pronaf	668,4	329,9
Pesa	36,2	319,0
Cacau	0,6	0,0
Outros	702,3	683,8
Habitação (PSH)	349,8	145,8
FND	93,6	21,6
Exportação (Proex)	201,1	360,8
Fundo da Terra/Incra	57,8	155,6
Total	1.751,0	2.088,5

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

produtos contemplados pela política de preços mínimos, principalmente algodão, milho e trigo; e

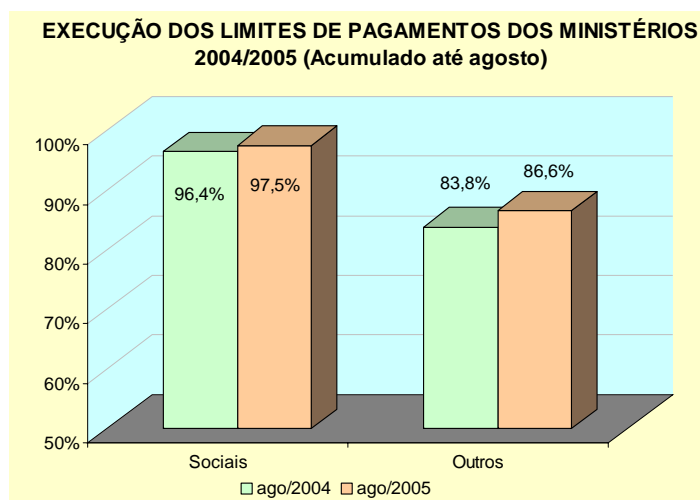
- (iii) PESA (aumento de R\$ 282,8 milhões), em função da baixa de ativos provocada por registros na Dívida Ativa da União de devedores do programa.

As despesas destinadas ao Pronaf caíram R\$ 338,5 milhões (50,6%) até agosto. Vale ressaltar, contudo, que esse grupo de agricultores está sendo contemplado este ano com transferências de renda da ordem de R\$ 843,0 milhões, sem correspondência no ano anterior, pela instituição do seguro rural – especial para o Pronaf (Proagro Mais). Até agosto, foram repassados R\$ 360,0 milhões para garantia da dívida dos agricultores e manutenção da sua renda em virtude de prejuízos causados pela seca no país. Mencione-se que essas despesas estão registradas na rubrica “demais despesas de custeio e capital”, o que deve ser considerado na comparação entre os dois anos. Até o final do ano está programado o desembolso adicional de cerca de R\$ 483,0 milhões.

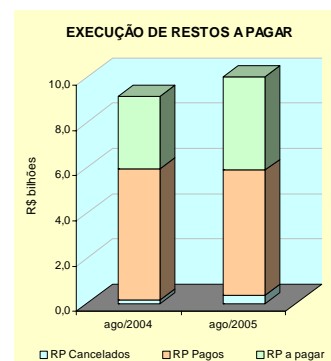
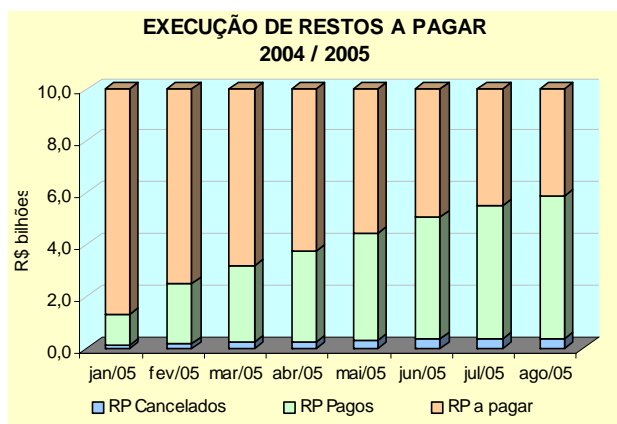
As demais despesas de custeio e capital passaram de R\$ 40,7 bilhões no período de janeiro a agosto 2004 para R\$ 46,4 bilhões em igual período de 2005, logrando aumento de R\$ 5,6 bilhões (13,9%). Em porcentagem do PIB, essa elevação foi de 0,1 ponto percentual do PIB.

Até julho de 2005, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) foi de 97,5%, frente aos 96,4% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 86,6%, ante 83,8%, verificado no ano anterior.

Os ministérios das áreas sociais executaram até agosto 97,5% do limite de pagamentos, e os demais ministérios 86,6%, percentuais superiores àqueles de igual período de 2004.



Até agosto, foram pagos R\$ 5,8 bilhões relativos a restos a pagar (RP) de anos anteriores. Esse montante equivale a 52,5% do total de RP inscritos em 2005 (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do total de restos a pagar (RP) pago em 2005, R\$ 2,3 bilhões (42,6% do total) corresponderam a gastos com investimentos, principalmente aqueles ligados aos ministérios dos Transportes (R\$ 522,7 milhões), da Saúde (R\$ 471,2 milhões), da Defesa (R\$ 306,4 milhões) e das Cidades (R\$ 213,7 milhões).



Em agosto, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,6 bilhões, R\$ 478,5 milhões abaixo do verificado no mês anterior, decorrente, basicamente, do aumento de arrecadação de contribuição previdenciária. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 21,8 bilhões, contra R\$ 17,7 bilhões observados em 2004.

Previdência Social

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005**

R\$ milhões

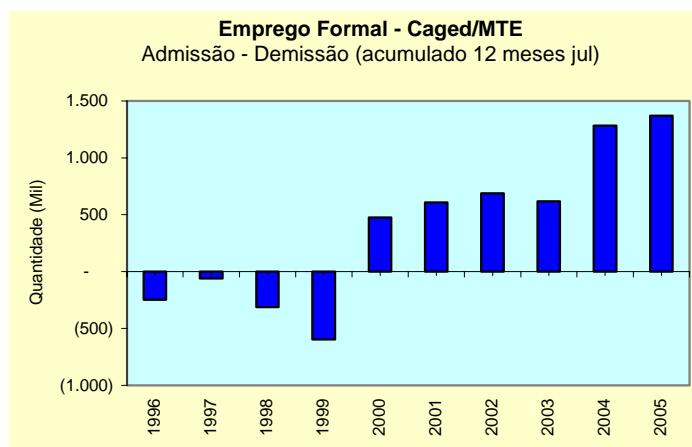
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2005	2005	2004	2005
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	8.474,5	8.952,4	57.567,6	66.456,2
Arrecadação Bruta	9.169,7	9.728,7	62.557,5	71.727,6
- Contribuição Previdenciária	8.614,4	9.039,4	57.965,4	66.890,8
- Simples	409,3	422,8	2.667,3	3.113,9
- CDP	0,1	0,0	0,2	0,1
- CFT	54,7	16,6	508,2	404,4
- Depósitos Judiciais	55,7	208,8	1.048,4	970,4
- Refis	20,3	25,7	240,9	231,4
- Outras Receitas	15,1	15,4	127,2	116,7
(-) Restituição/Devolução	-23,0	-94,9	-184,1	-380,4
(-) Transferências a Terceiros	-672,2	-681,4	-4.805,8	-4.891,0
II. BENEFÍCIOS	11.561,3	11.560,7	75.294,9	88.240,6
Benefícios Previdenciários	11.561,3	11.560,7	75.294,9	88.240,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.086,8	-2.608,3	-17.727,3	-21.784,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,56%	-1,73%

Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. Nos dois primeiros quadrimestres do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 21,8 bilhões, equivalente a 1,73% do PIB do período.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 9,0 bilhões em agosto, representando incremento de 5,6% frente aos ingressos líquidos de julho. Tal comportamento deveu-se, principalmente, ao aumento de contribuições previdenciárias, decorrente do crescimento do emprego formal na economia brasileira e ao aumento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 153,1 milhões. A despesa totalizou R\$ 11,6 bilhões, mesmo nível do mês anterior.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu R\$ 8,9 bilhões (equivalente a 15,4%, ou seja, 4,6 pontos percentuais acima do crescimento do PIB nominal do período) refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 1.370 mil novos empregos nos 12 meses até julho de 2005, frente a 1.284 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	57,6	66,5	15,4%
Benefícios	75,3	88,2	17,2%
Resultado Primário	-17,7	-21,8	22,9%



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 88,2 bilhões nos oito primeiros meses de 2005, representando aumento de 17,2% (R\$ 12,9 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do aumento de 7,4% no valor médio dos benefícios pagos. Houve incremento de 1,1 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 5,0% no total de benefícios.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,2	23,4	5,0%
Valor médio**	430,2	462,2	7,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Na comparação da média de janeiro a agosto de 2005 em relação à média do ano anterior, destacam-se os aumentos de 466,7 mil aposentadorias (3,8%), 235,6 mil benefícios de auxílio-doença (20,0%), 148,9 mil pensões por morte (2,7%) e 301,8 mil na quantidade de LOAS (16,4%). A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social. Notam-se, portanto, traços sugerindo uma incipiente inflexão no crescimento do número de auxílio-doença concedido.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

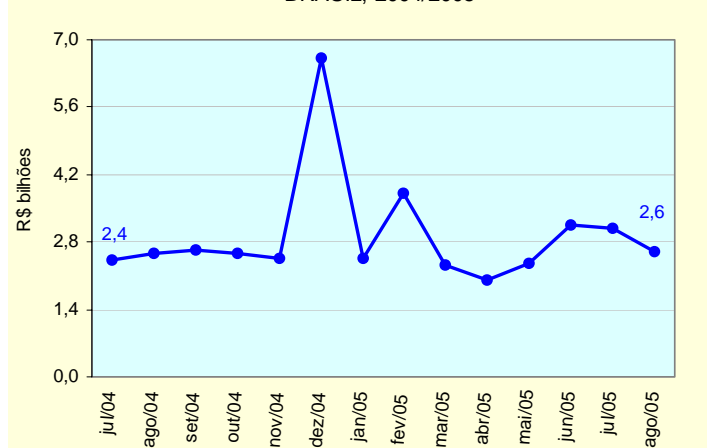
	Em mil benefícios			
	Jul	Ago	MÉDIA JAN-AGO	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.577	23.548	22.246	23.368
Previdenciários	20.083	20.056	19.059	19.915
Aposentadorias	12.862	12.872	12.289	12.756
Idade	6.584	6.586	6.259	6.529
Invalidez	2.604	2.609	2.441	2.569
Tempo de contribuição	3.675	3.677	3.589	3.658
Pensão por morte	5.709	5.709	5.529	5.678
Auxílio - doença	1.443	1.413	1.176	1.411
Salário - maternidade	38	31	42	42
Outros	31	31	24	28
ACIDENTÁRIOS	759	756	742	756
Aposentadorias	141	141	132	139
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	131	128	122	130
Auxílio - acidente	267	267	265	267
Auxílio - suplementar	90	90	93	91
Assistenciais	2.725	2.727	2.443	2.687
Amparos Assistenciais - LOAS	2.187	2.193	1.837	2.138
Idoso	1.009	1.012	777	981
Portador de deficiência	1.177	1.181	1.060	1.157
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	521	517	588	532

A necessidade de financiamento do RGPS se ampliou em 22,9% (R\$ 4,1 bilhões), em decorrência do aumento em 0,38 ponto percentual do PIB das despesas, não terem sido acompanhadas pela elevação de receitas, que ficou em apenas 0,21 ponto percentual do PIB. Como resultado, o déficit primário do RGPS cresceu de 1,56% para 1,73% do PIB.

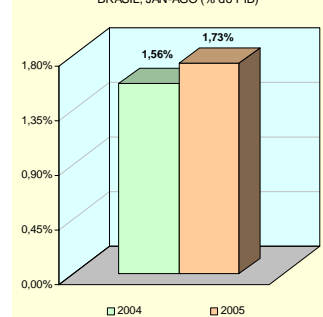
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,06%	5,27%
Benefícios	6,62%	7,00%
Resultado Primário	-1,56%	-1,73%

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004/2005



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)



Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional aumentou ligeiramente de 25,2% para 25,3% do PIB. Relativamente à DPMFi bruta, houve, no mês, resgate líquido de títulos em R\$ 7,7 bilhões, explicando, em parte, sua redução em 0,1 ponto percentual, apesar do seu aumento em termos nominais. Houve emissão líquida de títulos prefixados e o resgate líquido de títulos remunerados pela taxa Selic. O custo médio da DPMFi em poder do público foi de 15,96% a.a., apresentando redução de 1,26 ponto percentual em relação a julho, devido, principalmente, à apreciação do real frente ao dólar ocorrida no mês. Por essa mesma razão, a dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 0,28%. O destaque do Tesouro Direto, para o mês de agosto, foi o lançamento de um novo título – NTN-B Principal (indexado pelo IPCA, sem pagamento de cupom de juros), que já atingiu volume de vendas de R\$ 979,8 mil.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 478,5 bilhões em agosto, equivalentes a 25,3% do PIB.

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 478,5 bilhões, equivalentes a 25,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses – ligeiramente superior ao observado em julho. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 5,0 bilhões, no mês, explicado, principalmente, pela apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna – apesar do resgate líquido de títulos no mercado interno - e pela redução do saldo de haveres contratuais do Tesouro Nacional. Por outro lado, houve aumento dos haveres contratuais dos fundos, autarquias e fundações e diminuição do estoque da dívida externa líquida, expressa na moeda nacional.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 AGO	2005 JUL AGO	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	164.825	299.565	305.030
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	745.544	906.625	910.880
Dívida Contratual da STN	-435.316	-450.803	-448.559
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-145.403	-156.257	-157.291
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	215.267	174.002	173.516
Dívida Mobiliária em Poder do Público	170.452	142.731	142.485
Títulos Depositados em Garantia	-3.960	-3.629	-3.723
Dívida Contratual	49.150	35.240	35.094
Disponibilidades	-375	-341	-341
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	380.092	473.567	478.545
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,5%	25,2%	25,3%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de agosto com saldo de R\$ 305,0 bilhões, superior ao registrado no mês anterior em R\$ 5,4 bilhões. A variação pode ser explicada, principalmente, pela

apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna e redução do saldo de haveres contratuais do Tesouro Nacional, esta decorrente da variação do IGP, de -0,34% em julho, para -0,65% em agosto.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	
	AGO	JUL	AGO
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	164.825	299.565	305.030
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	745.544	906.625	910.880
LFT	430.126	516.364	505.970
LTN	125.601	198.276	212.426
NTN-C	74.821	75.478	75.405
NTN-D	20.891	5.676	5.653
Demais	72.251	84.235	84.701
Dívida Securitizada	19.466	23.551	23.665
TDA	2.388	3.045	3.060
DÍVIDA CONTRATUAL	-580.719	-607.060	-605.850
<i>Tesouro Nacional</i>	-435.316	-450.803	-448.559
Dívida Bancária	25.442	24.923	24.911
Lei nº 7.976/89	-8.820	-6.464	-6.393
Lei nº 8.727/93	-47.959	-48.011	-47.964
Lei nº 9.496/97	-233.702	-249.455	-248.731
Renegociação Dívida Municipais	-34.364	-37.662	-37.627
Demais Haveres da STN	-135.914	-134.134	-132.756
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-145.403	-156.257	-157.291
FAT	-100.745	-112.298	-113.150
Demais Entidades	-44.658	-43.960	-44.142
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,2%	48,3%	48,2%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,4%	-32,3%	-32,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,8%	-24,0%	-23,7%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	9,8%	16,0%	16,1%

Em agosto, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional correspondeu a 16,1% do PIB.

Em agosto, o resgate líquido de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 7,7 bilhões. As emissões corresponderam a R\$ 28,0 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 35,7 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 27,9 bilhões, sendo: i) R\$ 15,5 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2006 e janeiro de 2007 e 2008; ii) R\$ 10,8 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2008 e 2009; iii) R\$ 982,8 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2024; iv) R\$ 438,7 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012; e v) R\$ 91,2 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017 e janeiro/2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 63,5 milhões sendo: i) R\$ 33,0 milhões em NTN-I para o Programa de Incentivo às Exportações (Proex); ii) R\$ 27,4 milhões em títulos da dívida agrária (TDA) para indenizações de desapropriação para a reforma agrária; e iii) R\$ 3,1 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior.

Emissões e Resgates

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, AGO/2005

FATOS	R\$ milhões			
	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	27.877,7	63,5	47,4	27.988,7
LFT	10.843,9	0,0	14,6	10.858,5
LTN	15.521,2	0,0	26,9	15.548,1
NTN-B	982,8	0,0	3,5	986,3
NTN-C	91,2	0,0	1,3	92,5
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	438,7	0,0	1,1	439,7
TDA	0,0	27,4	0,0	27,4
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	36,1	0,0	36,1
II. RESGATES**	33.902,1	1.775,5	15,8	35.693,4
LFT	28.870,0	902,1	2,8	29.774,9
LTN	4.341,7	0,0	3,7	4.345,4
NTN-B	440,4	2,7	1,7	444,8
NTN-C	250,1	0,0	7,4	257,4
NTN-D	0,0	13,4	0,0	13,4
NTN-F	0,0	0,0	0,3	0,3
TDA	0,0	33,2	0,0	33,2
Securitizada*	0,0	105,9	0,0	105,9
Demais	0,0	718,2	0,0	718,2
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-6.024,3	-1.712,0	31,6	-7.704,7

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

No mês de agosto, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 7,7 bilhões.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 47,4 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 26,9 milhões em LTN com vencimentos em abril e outubro de 2006, janeiro e julho de 2007 e janeiro de 2008; ii) R\$ 14,6 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 3,5 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 1,3 milhão em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 1,1 milhão em NTN-F vencendo em janeiro de 2008.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em agosto de 2005, a venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto, totalizou R\$ 47,4 milhões. Em relação a agosto de 2004, verificou-se aumento de 58,2% nas vendas. Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 56,8% do montante vendido, seguidas pelas LFT (30,7%). O volume de vendas acumulado entre janeiro e agosto de 2005 atingiu a cifra de R\$ 421,9 milhões, representando aumento de 79,0% em relação ao mesmo período de 2004. Registra-se que o número de investidores cadastrados no programa atingiu 43.778 pessoas.

Destaca-se, em agosto, o lançamento no Tesouro Direto de novo título indexado ao IPCA: a NTN-B Principal. Este título tem como característica o pagamento total dos recursos aplicados e da rentabilidade no vencimento, ou seja, não possui pagamento de cupons de juros, o que o diferencia da NTN-B tradicional. Inicialmente, a NTN-B Principal está sendo ofertada com dois vencimentos: maio de 2015 e agosto de 2024, tendo o volume de venda já alcançado R\$ 979,8 mil.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em agosto, atingiu R\$ 35,7 bilhões, sendo R\$ 32,2 bilhões em pagamento de principal e juros e

R\$ 3,5 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,3 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; e ii) R\$ 119,2 milhões em NTN-C; R\$ 72,3 milhões em LFT, R\$ 47,3 milhões em NTN-B e R\$ 77,6 mil em títulos da dívida securitizada, todos aceitos nos leilões de NTN-B.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

De acordo com as diretrizes de administração da dívida pública e visando fortalecer o mercado destes títulos, o Tesouro Nacional realizou, no mês de agosto, leilões de títulos públicos remunerados a índices de preços - NTN-B (IPCA) e NTN-C (IGP-M).

O montante total de NTN-B vendido em agosto correspondeu a R\$ 982,8 milhões. No leilão ocorrido nos dias 02 e 03 de agosto, foram vendidos R\$ 242,8 milhões, à taxa de 12,20% a.a., dos quais R\$ 198,2 milhões foram recebidos em dinheiro (81,6%) e R\$ 44,6 milhões em troca por outros títulos (18,4%). O único título aceito neste leilão foi a NTN-B com vencimento em 2007.

No leilão de NTN-B ocorrido nos dias 11 e 12 de agosto, com liquidação financeira em 15 de agosto, foram vendidos R\$ 739,9 milhões, sendo que R\$ 546,8 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (73,9%) e R\$ 193,2 milhões em títulos (26,1%). O título mais demandado foi aquele com vencimento em 2007 representando 60,9% do montante vendido. Os títulos com vencimento em 2006, 2007, 2009 e 2045 saíram às taxas de 12,85% a.a., 12,24% a.a., 10,00% a.a. e 9,09% a.a., respectivamente, enquanto aqueles com vencimentos em 2015 e 2024 saíram, ambos, à taxa de 8,95% a.a..

Em relação às NTN-C, no leilão realizado nos dias 28 e 29 de julho, com liquidação financeira no dia 1º de agosto de 2005, o montante vendido foi de R\$ 91,2 milhões. Desse total, R\$ 90,6 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (99,4%) e R\$ 563,4 mil à parcela recebida em títulos (0,6%). Os títulos com vencimento em 2017 representaram 71,7% do total vendido, saindo à taxa de 8,35% a.a.. A taxa de venda observada para as NTN-C com vencimento em 2031 foi de 8,40% a.a..

Conforme o cronograma previsto para agosto, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 30 e 31 de agosto, com liquidação financeira em 1º de setembro de 2005. O montante negociado foi de R\$ 134,5 milhões, sendo em sua totalidade recebido em dinheiro.

No que tange à composição da DPMFi, verificou-se aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada, em 1,50 ponto percentual, em função, principalmente, da emissão líquida de LTN no valor de R\$ 11,2 bilhões. Em contrapartida, os títulos remunerados pela taxa Selic apresentaram redução, em sua participação, de 1,46 ponto percentual, sendo que um dos principais fatores que contribuíram para esta diminuição foi o resgate líquido de LFT no valor de R\$ 18,9 bilhões.

Composição

Os títulos prefixados tiveram aumento em sua participação em 1,50 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic diminuiram em 1,46 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005 (%)

INDEXADOR	2004		2005
	AGO	JUL	AGO
Selic	59,59	58,31	56,85
Câmbio	5,27	2,26	2,23
Prefixados	17,14	22,75	24,25
Índices de Preços	16,14	14,23	14,21
TR	1,86	2,45	2,45

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, AGO/2005

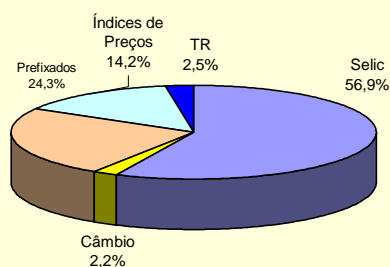


TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005 (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	ago	17,24
	set	16,22
	out	15,29
	nov	17,49
2005	dez	17,37
	2004	17,17
	jan	16,93
	fev	17,34
	mar	18,71
	abr	18,20
	mai	17,03
	jun	16,74
jul	16,91	
ago	16,51	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução ao passar de 17,22% a.a., em julho, para 15,96% a.a., em agosto, principalmente em função da redução do custo médio da dívida cambial, efeito da apreciação do real frente ao dólar americano (1,12%), contra depreciação (1,71%) no mês anterior.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou queda - de 16,91% a.a., em julho, para 16,51% a.a., em agosto - devido a: i) maior variação negativa do IGP-M (0,65%, em agosto, contra 0,34% em julho) reduzindo o custo anual da NTN-C em 3,27 pontos percentuais; e ii) menor variação do IPCA (0,17%, em agosto, contra 0,25% em julho), que reduziu o custo anual da NTN-B em 2,48 pontos percentuais.

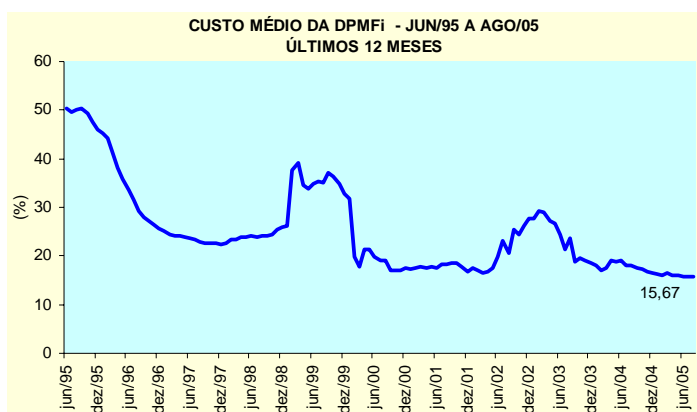
O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses, apresentou acréscimo, passando de 15,64% a.a., em julho, para 15,67% a.a., em agosto, principalmente em função dos seguintes fatores: i) menor apreciação do Real frente ao dólar americano (1,12% em agosto de 2005 contra 3,07%, em agosto de 2004); e ii) maior variação da taxa Selic (1,66%, em agosto de 2005, contra 1,29% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Ago	17,24
	Set	16,22
	Out	15,29
	Nov	17,49
Dez	17,37	15,54
2004	17,17	16,39
2005	Jan	16,93
	Fev	17,34
	Mar	18,71
	Abr	18,20
	Mai	17,03
	Jun	16,74
	Jul	16,91
	Ago	16,51

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,67% a.a. em agosto.



Prazo Médio

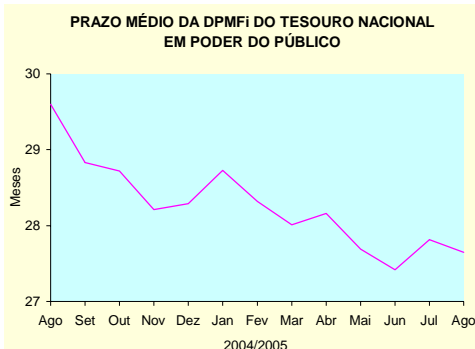
Em agosto, o prazo médio das LFT apresentou aumento de 0,48 mês, devido à emissão deste título com prazo de 43,51 meses, superior ao seu prazo médio de estoque em julho (18,24 meses). Apesar de o prazo médio das LTN ter apresentado diminuição de 0,32 mês, devido ao efeito da aproximação das datas

de vencimentos desses títulos, destaca-se que o prazo médio de emissão no mês foi de 15,90 meses, superior ao seu prazo médio de estoque em julho (8,67 meses). O prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de apenas 0,16 mês (27,65 meses, em agosto, contra 27,81 meses, em julho) devido ao fato da aproximação das datas de vencimento dos títulos em circulação ter impacto superior ao do prazo maior dos novos títulos emitido no mês.

Em comparação a julho, o prazo médio da DPMFi em poder do público diminuiu 0,16 mês, situando-se em 27,65 meses em agosto.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)
2004	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18
	Dez	28,29	20,69
2005	Jan	28,73	21,41
	Fev	28,32	21,26
	Mar	28,01	21,10
	Abr	28,16	21,50
	Mai	27,69	21,16
	Jun	27,42	21,01
	Jul	27,81	21,59
	Ago	27,65	21,43



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

TÍTULOS	2004		2005	
	AGO	JUL	AGO	JUL
LTN	5,73	8,67	8,35	8,35
LFT	18,89	18,24	18,72	18,72
NTN-B	103,33	84,79	82,91	82,91
NTN-C	70,26	70,95	69,90	69,90
NTN-D	10,34	15,52	14,46	14,46
TDA	63,01	63,46	62,49	62,49
Divida Securitizada*	59,48	79,23	78,46	78,46
Demais	99,60	88,23	86,33	86,33
TOTAL	29,60	27,81	27,65	27,65

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

(*) Inclui divida agrícola.

No mês de agosto de 2005, o estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 0,28%. O motivo para essa redução foi, fundamentalmente, a apreciação do real frente ao dólar (1,12%). Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu acréscimo de 0,85%, em decorrência, principalmente, da depreciação do dólar frente às demais moedas de referência – euro (1,7%) e iene (1,6%) – da dívida externa mobiliária e contratual.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	AGO	JUL	AGO	JUL
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	170.452	142.731	142.485	142.485
Bônus de Renegociação	45.175	32.119	21.099	21.099
Bônus de Captação	125.278	110.612	121.387	121.387
II. DÍVIDA CONTRATUAL	49.150	35.240	35.094	35.094
Organismos Multilaterais	27.737	21.554	21.480	21.480
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.325	7.501	7.411	7.411
Clube de Paris	12.088	6.185	6.204	6.204
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	219.602	177.972	177.580	177.580
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.960	-3.629	-3.723	-3.723
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-375	-341	-341	-341
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	215.267	174.002	173.516	173.516
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	12,8%	9,3%	9,2%	9,2%

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 486,0 milhões (0,1 ponto percentual do PIB).

O serviço da DPFe, em agosto, totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1,3 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos - a maior parte

relativa à dívida mobiliária (R\$ 1,2 bilhão) - e R\$ 149,6 milhões ao pagamento de principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, AGO/2005

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	149,6	1.320,0	1.469,6
I.1. Organismos Multilaterais	56,48	66,69	123,2
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	91,45	31,39	122,8
I.3. Clube de Paris	0,00	0,00	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	1,68	1.221,95	1.223,6
GLOBAL2011	0,00	144,09	144,1
GLOBAL2025	0,00	128,68	128,7
BEA-BRADIES(CBond)	1,67	252,64	254,3
GLOBAL/ABOND	0,00	32,17	32,2
GLOBAL2040	0,00	664,37	664,4
ROTHSCHILD(DL6019)	0,01	0,01	0,02

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,5 bilhão no mês.

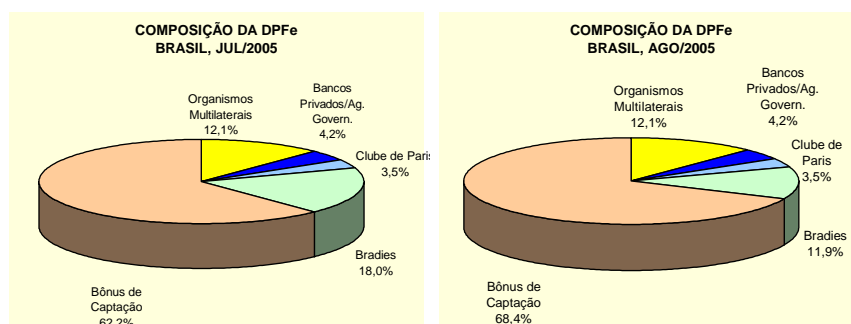
Boxe 4 – Troca de C-Bond por Título Global Soberano

O Tesouro Nacional realizou, no dia 22 de julho, com liquidação financeira em 1º de agosto, operação de troca parcial do estoque de *Front Loaded Interest Reduction Bonds with Capitalization (FLIRB-C)*, denominado *C-Bond*, pelo *A-Bond*, título *Global*, com vencimento em 2018, sem opção de compra, com estrutura de vencimento semelhante, mas deslocada no tempo, em relação à do *C-Bond*. Como resultado desta operação, foram retirados de mercado aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em *C-Bond*, sendo emitido esse mesmo montante do *A-Bond*, ao preço de 101,25% do valor de face, o que resultou em uma *yield* de 7,58% a.a.. Com a operação, houve um alongamento dessa parcela da dívida em 3,75 anos. Além disso, o Brasil irá reduzir a necessidade de pagamento de principal da DPFe em cerca de US\$ 250,5 milhões por semestre entre outubro de 2005 e abril de 2009, o que totaliza aproximadamente US\$ 1,8 bilhão.

Composição

Em relação à composição da DPFe, destaca-se a redução, em 6,17 pontos percentuais, da participação dos Bônus de Renegociação e o aumento, em 6,20 pontos percentuais, da participação dos Bônus de Captação, em virtude da troca ocorrida de *C-Bond* por *A-Bond* (US\$ 4,5 bilhões).

Os Bônus de Captação aumentaram sua participação no conjunto da DPFe em 6,20 pontos percentuais, em virtude da troca ocorrida de *C-Bond* por *A-Bond*.



O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou acréscimo em relação a junho, passando de 5,80 anos para 6,32 anos, devido à troca do *C-Bond*, com vencimento em 2014, pelo *A-Bond*, título *Global* com vencimento em 2018. O custo médio, em dólares, no mês de agosto, permaneceu inalterado em 9,21% a.a., quando comparado a julho.

Custo e Prazo Médio

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	AGO	JUL	AGO	
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,08	5,80	6,32	
Bônus de Renegociação	5,42	5,06	5,63	
Bônus de Captação	6,31	6,02	6,45	
Globais	7,34	6,76	7,16	
Euros	2,97	3,35	3,91	
Demais	2,36	1,51	1,48	
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,82	9,21	9,21	
Bônus de Renegociação	4,95	6,06	5,08	
Bônus de Captação	10,22	10,13	9,93	
Globais	10,51	10,41	10,15	
Euros	10,28	9,91	9,93	
Demais	6,05	5,85	6,06	

* Custo Médio em dólares.

Em agosto, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se em 6 meses, alcançando 6,32 anos. O custo médio, por sua vez, manteve-se inalterado em 9,21% a.a.

Boxe 5 – Reabertura do *Global 2025*

O Tesouro Nacional, tendo completado a programação de financiamento da Dívida Pública Federal externa – DPFe para 2005, que previa emissões de títulos no montante de até US\$ 6 bilhões, divulgou o Programa de Financiamento da DPFe para o biênio 2006 – 2007. De acordo com o programa pretende-se captar, no período, recursos no mercado internacional no valor de até US\$ 9,0 bilhões.

Neste contexto, o Tesouro Nacional realizou, no dia 6 de setembro, a primeira captação externa para o biênio 2006 – 2007, com a reabertura do bônus da República denominado GLOBAL 2025, no valor de US\$ 1 bilhão. O título, com cupom de juros de 8,750% a.a., foi emitido com spread de 417 pontos-base acima do título do Tesouro americano - *U.S. Treasury* - com prazo de 30 anos.

A operação, liderada pelos bancos *Morgan Stanley* e *Bear Stearns*, foi realizada ao preço de 102,125% do seu valor de face, resultando em taxa de retorno para o investidor de 8,52% a.a..

A emissão dos títulos e o recebimento dos recursos ocorreram no dia 13 de setembro, quando se observará o impacto financeiro e sobre as estatísticas da DPFe.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Agosto 2004/2005

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Agosto 2004/2005

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
I. RECEITA TOTAL	33.516,2	34.393,2	35.785,8	33.420,5	47.476,7	41.420,7	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,9	40.193,2	39.247,9
I.1. Receitas do Tesouro	25.838,9	26.831,9	27.914,8	25.602,9	34.025,4	33.308,5	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,8	31.604,4	30.212,3
I.1.1 Receita Bruta	27.379,9	27.811,9	29.860,0	26.772,8	34.597,0	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.420,0	33.960,4	31.297,7
- Impostos	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6
- Contribuições	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9
- Demais (1)	2.809,2	2.257,5	3.733,2	3.109,1	3.730,8	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,6	4.751,1	3.189,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4
I.3. Receitas do Banco Central	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (2)	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2
II.3. Transferências da Cide	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0
II.4. Demais	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.482,7	29.329,6	30.081,8	27.200,0	41.133,9	34.024,6	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.794,0	33.730,0	32.496,9
IV. DESPESA TOTAL	24.022,5	24.623,9	25.339,9	25.442,9	43.896,1	25.647,1	26.142,0	25.166,7	23.231,8	25.856,8	27.607,4	28.621,0	28.234,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.279,9	6.653,5	6.624,2	7.451,2	10.331,1	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8	7.220,3	8.315,0	6.724,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7
IV.3. Custeio e Capital	7.419,7	7.702,2	8.205,6	7.632,7	13.298,1	6.888,8	7.377,6	7.856,2	6.197,2	8.714,6	8.480,0	8.567,2	9.627,2
IV.3.1. Despesa do FAT	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	479,0	292,1	282,4	417,0	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,2	424,4	347,8	525,5	383,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.265,6	5.679,4	6.263,8	5.920,6	9.509,9	5.543,3	4.827,0	5.419,3	4.803,7	6.715,9	6.452,0	5.910,8	6.679,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7
IV.5. Despesas do Banco Central	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.460,1	4.705,7	4.741,9	1.757,1	-2.762,2	8.377,5	2.424,7	6.901,8	13.010,6	3.083,2	6.186,6	5.109,1	4.262,2
V.1. Tesouro Nacional	6.060,3	7.353,8	7.317,3	4.244,0	3.980,6	10.845,4	6.184,1	9.260,6	15.029,4	5.443,1	9.294,2	8.209,6	7.087,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3
V.3. Banco Central (6)	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	78,0	-888,0	773,2	719,8	-347,3	0,9	-464,8	103,2	1.133,1	-1.211,1	-294,7	174,5	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	296,0	414,3	495,4	655,7	677,7	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) A partir de janeiro de 2004, as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.353,5	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.525,0	41.811,0	38.322,5	41.311,7
I.1 - Recolhimento Bruto	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.638,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	221,8
I.5 - Receita do Salário Educação	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6	204,9	65,1	128,4	264,8	266,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0	9.281,4	8.917,0	9.104,8	8.777,2	9.430,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0
II. DESPESAS	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.900,9	39.045,6	33.539,2	36.989,0	39.722,0	40.194,2	44.567,4	38.466,6
II.1 - Liberações Vinculadas	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2
II.1.4 - Outras Vinculações	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5
II.2 - Liberações Ordinárias	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.003,3	30.374,5	26.408,5	28.856,2	30.170,6	32.007,7	36.801,3	30.192,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.540,9	7.523,9	6.670,8	6.817,4	7.336,8	9.025,9	7.042,3	7.150,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,8	4.782,0	1.648,4
i) Dívida Contratual Interna	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,8	69,0	110,2
ii) Dívida Contratual Externa	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.490,8	6.747,4	2.836,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.704,7	6.237,8	5.205,4	6.211,5	6.319,4	6.531,3	7.028,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.547,5	-825,1	6.703,3	1.819,9	1.803,0	1.616,8	-6.244,9	2.845,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	19.323,5	23.331,1	38.778,5	33.080,7	33.862,7	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8	28.540,2	70.620,0	39.993,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	18.180,5	22.562,6	37.856,4	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	70.005,0	38.976,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,9
V. DESPESAS	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3
V.1.2 - Dívida Contratual	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	262,3	9.277,1	5.877,9	6.148,3	12.332,2	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	30.751,9	11.582,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-864,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	2.201,7	8.334,7	962,7	-2.583,6	23.539,6	-2.314,4	7.582,7	27.898,6	-1.495,9	13.794,0	6.399,2	20.512,5	11.014,9

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.735,8
I.1. Emissão de Títulos	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	191,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0
II.1. Resgate de Títulos	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9
II.2. Encargos da DPMF	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1
III. RESULTADO (I - II)	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-864,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0
IV. PRONAF	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5
V. PROEX	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0
V.2. Concessão de Financiamento (1)	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1
VII. CACAU	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-39,4	-35,2	-42,4	-35,8	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9
XII. TOTAL	365,6	185,9	235,4	290,8	1.836,2	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
I. DÍVIDA INTERNA	164.825,2	171.905,7	174.546,4	182.631,6	210.387,8	213.145,4	233.439,2	256.955,2	251.159,8	275.026,7	293.185,7	299.565,3	305.029,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9
Dívida Bancária	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2
INSS	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7
Lei 7.976/89	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9
Bônus Renegociação	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1
Lei 8.727/93	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5
Lei 9.496/97	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0
Recebíveis das Estatais	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.532,0
Outros	-44.849,7	-44.355,2	-44.423,1	-44.580,2	-45.378,0	-45.505,8	-45.095,3	-45.238,0	-45.456,3	-44.911,0	-44.618,3	-44.343,8	-44.012,9
Fat	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9
Demais Entidades	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,1	-43.959,5	-44.141,5
Créditos das Operações Oficiais	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0
Arrecadação a Recolher	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.374,2
II. DÍVIDA EXTERNA	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6
Dívida Mobiliária	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5
Títulos Depositados em Garantias	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4
Dívida Contratual	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3
Disponibilidades	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	380.092,4	383.715,8	387.377,7	388.057,0	410.280,1	408.274,0	431.740,5	462.098,1	443.341,9	456.770,2	471.151,2	473.567,1	478.545,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,5%	22,5%	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,3%	24,7%	25,3%	25,2%	25,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7
I. Dívida em Mercado	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9
Dívida Securitizada	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6
TDA	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2
LTN	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7
LFT	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8
LFT-A	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9
LFT-B	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0
NTN-A	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9
NTN-B	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5
NTN-C	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4
NTN-D	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9
NTN-F	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6
NTN-I	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4
NTN-P	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3
CFT-A	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2
CFT-D	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1
Demais	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5
II. Dívida com BACEN	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8
LTN	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1
LFT	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6
NTN-D	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4
Demais	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8
Dívida em Mercado/PIB	44,2%	44,4%	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,5%	47,6%	47,3%	47,6%	48,1%	48,3%	48,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2004	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2005
I. INTERNA	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,5	-156.257,2	-157.291,4
Dívida contratual	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9
FAT	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9
Aplicações financeiras	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6
Fundos Regionais	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.290,4	-26.290,4
Demais	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4
II. EXTERNA	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8
Disponibilidades	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.598,0	-157.632,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,3%	-8,3%	-8,3%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	608.006,7	527.536,0	390.439,2	242.345,1	240.089,3	31.460,4	1.014.131,9	720.730,0	440.792,7	292.108,6	280.411,3	32.966,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	1.839,0	1.385,0	1.381,7	1,0	2.300,0	2.300,0	1.848,1	1.082,6	1.078,2	14,4
Advocacia-Geral da União	94.166,8	66.232,0	61.539,2	35.183,4	34.789,7	3.692,3	89.808,2	69.300,0	63.003,5	39.146,4	38.944,3	5.073,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	628.223,7	613.531,0	436.738,0	320.732,5	294.156,2	57.276,5	811.858,7	615.909,0	459.768,1	317.185,9	301.930,8	75.048,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.890.029,4	1.878.889,0	1.112.063,8	816.172,7	721.199,7	263.242,0	2.537.813,5	2.586.385,0	1.430.875,4	972.849,8	827.253,7	285.215,4
Ministério da Fazenda	1.490.234,8	1.558.286,0	1.164.817,8	835.060,8	698.695,5	39.859,2	1.881.219,6	1.604.403,0	1.393.627,2	1.049.348,5	1.010.380,7	50.686,6
Ministério da Educação	6.010.779,1	5.781.128,0	3.947.098,1	2.410.413,1	2.358.430,5	772.358,3	6.960.204,1	6.461.212,0	4.601.278,4	2.953.309,1	2.857.590,0	809.483,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	424.061,6	403.294,0	265.917,7	160.979,4	160.234,9	9.947,0	485.323,2	397.727,0	298.454,2	228.143,0	227.594,8	17.079,7
Ministério da Justiça	790.401,1	742.152,0	434.946,6	305.196,7	299.732,4	112.476,7	1.055.734,4	847.737,0	519.163,2	395.884,4	390.657,8	97.531,2
Ministério de Minas e Energia	462.591,1	340.175,0	242.308,6	139.424,9	137.838,6	37.403,6	711.504,2	362.930,0	265.999,7	179.447,5	177.083,4	18.868,1
Ministério da Previdência Social	1.358.628,1	1.216.594,0	901.880,8	666.979,5	569.094,5	138.271,9	1.335.373,9	992.824,0	801.953,5	627.922,1	586.314,6	192.241,8
Ministério das Relações Exteriores	789.613,2	897.492,0	574.650,1	403.905,7	403.734,3	25.884,5	873.962,5	711.098,0	489.608,4	402.767,5	401.401,2	82.737,0
Ministério da Saúde	27.315.810,2	27.218.569,0	21.246.377,0	16.756.969,5	16.603.562,2	1.351.331,9	30.071.752,1	30.145.000,0	24.989.926,7	19.642.018,8	18.505.941,0	1.316.186,8
Ministério do Trabalho e Emprego	792.303,7	590.688,0	437.543,9	263.999,7	262.102,0	8.769,7	788.798,6	578.037,0	441.262,4	285.779,3	275.503,4	32.010,2
Ministério dos Transportes	565.271,3	530.012,0	370.919,5	217.107,3	209.953,4	128.798,9	692.243,4	636.046,0	411.275,1	244.633,6	237.258,3	67.215,0
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	238.290,8	137.459,2	137.428,1	31.332,4	702.868,9	318.255,0	227.570,1	146.781,9	142.967,7	43.845,5
Ministério da Cultura	265.017,3	212.871,0	111.365,8	67.309,0	66.057,7	30.692,4	365.025,1	241.367,0	191.115,4	129.519,3	124.399,2	47.265,2
Ministério do Meio Ambiente	385.212,5	361.408,0	247.496,1	155.979,9	150.653,2	46.556,5	494.381,4	361.550,0	277.041,9	179.510,1	177.749,2	49.988,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	582.428,5	323.413,0	227.165,5	143.196,3	139.684,8	28.888,1	451.839,2	374.182,0	246.030,8	168.377,6	164.890,4	35.673,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	486.329,3	445.966,0	242.568,4	129.814,9	119.247,2	47.670,1	702.387,8	510.500,0	328.434,1	193.509,7	191.505,7	84.250,2
Ministério do Esporte	99.548,7	80.952,0	62.631,7	47.251,7	47.202,6	30.314,8	143.804,9	90.400,0	73.584,9	47.463,8	47.200,2	12.204,5
Ministério da Defesa	3.438.414,2	3.524.894,0	2.303.298,9	1.392.267,2	1.316.958,8	381.041,6	4.150.241,0	3.789.253,0	2.812.856,8	1.786.599,8	1.679.749,5	499.533,9
Ministério da Integração Nacional	288.043,8	228.041,0	113.268,4	72.305,1	66.093,1	83.806,9	280.521,0	192.734,0	139.341,3	73.615,4	72.091,9	34.209,8
Ministério do Turismo	200.776,8	183.837,0	100.396,0	54.168,5	54.122,6	9.049,6	355.662,2	237.879,0	147.061,3	89.286,5	88.509,5	46.553,5
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.683.424,4	5.654.398,0	4.182.373,7	3.668.401,3	3.657.128,5	197.851,1	7.231.510,9	6.019.740,0	4.844.146,5	4.259.030,9	4.247.644,2	179.492,6
Ministério das Cidades	268.041,8	264.916,0	202.438,9	123.099,3	118.806,9	35.590,2	405.896,1	390.400,0	282.047,5	145.673,4	140.572,1	23.776,7
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	119.610,5	25.717,2	25.035,0	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	133.442,1	41.909,2	41.909,2	-	1.048.740,6	148.705,0	143.781,1	47.374,6	47.374,6	18.366,2
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	37.581,4	12,3	12,3	-	123.443,6	123.400,0	107.550,8	84.076,6	84.076,6	-
TOTAL	55.593.644,8	54.179.380,0	39.791.397,0	29.609.029,1	28.910.299,7	3.903.567,5	65.930.908,7	59.692.603,0	46.549.009,4	35.008.163,9	33.353.109,2	4.157.517,4

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifai" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index_informacoes_sifai.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	137.202,7	95.831,0	33.332,1	14.747,1	14.238,7	7.629,6	140.289,2	79.870,0	16.859,4	8.086,5	6.883,4	33.064,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	107,2	107,2	105,0	-	200,0	200,0	3,6	3,3	3,3	-
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	592,9	390,2	339,9	-	8.221,1	4.200,0	1.643,2	418,6	387,4	9.574,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	186.991,7	122.013,0	64.204,3	20.425,5	14.137,2	4.081,0	355.204,6	103.591,0	14.690,7	8.300,3	6.314,1	55.315,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	221.851,3	254.661,0	87.554,2	62.479,8	52.353,9	29.343,4	653.910,4	655.115,0	94.712,0	63.688,0	45.173,5	45.655,6
Ministério da Fazenda (3)	89.313,6	74.918,0	31.645,7	12.018,5	10.808,0	201.699,6	527.463,3	526.342,0	164.868,9	29.351,2	26.091,6	10.051,8
Ministério da Educação	657.958,5	478.292,0	161.241,9	73.081,9	68.743,7	8.100,2	974.728,3	699.588,0	202.591,0	71.034,1	53.188,7	148.310,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.657,1	137.099,0	29.483,2	3.672,2	3.607,6	152.420,0	104.957,5	22.373,0	6.178,7	5.410,5	5.408,6	67.165,5
Ministério da Justiça	561.684,1	503.539,0	193.886,5	49.388,7	47.618,6	4.517,7	672.633,1	426.203,0	140.030,2	43.943,5	43.237,7	148.644,4
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	7.542,0	4.717,0	4.682,8	211.344,9	39.743,5	18.870,0	4.718,5	3.735,3	3.689,3	6.456,0
Ministério da Previdência Social	44.250,7	34.739,0	4.717,5	2.480,5	997,1	3.727,9	194.575,6	151.576,0	7.181,3	3.903,0	1.040,0	21.080,3
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	8.892,5	7.336,5	7.331,3	27.237,2	69.801,8	65.102,0	12.399,6	9.451,1	9.451,0	1.067,1
Ministério da Saúde	2.536.089,7	1.921.386,0	1.089.275,2	247.783,3	246.225,4	918,2	2.690.451,8	2.627.600,0	327.903,4	124.245,2	118.318,7	522.124,8
Ministério do Trabalho e Emprego	36.965,4	25.134,0	12.431,1	5.084,9	5.084,4	538.641,5	29.548,6	22.163,0	14.295,6	8.159,9	6.693,1	5.142,5
Ministério dos Transportes	2.578.332,6	2.168.488,0	1.498.983,0	197.919,5	83.120,6	2.986,1	6.326.540,3	3.828.872,0	2.581.545,2	726.523,2	496.922,1	668.911,7
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	8.188,7	6.213,3	6.212,2	840.429,2	151.300,8	56.145,0	33.025,3	3.545,6	3.545,6	13.177,2
Ministério da Cultura	103.560,1	45.885,0	26.733,8	2.988,8	2.934,6	8.822,1	137.988,4	47.933,0	40.795,4	13.214,6	10.675,3	17.274,3
Ministério do Meio Ambiente	88.431,3	40.478,0	17.011,2	4.629,1	4.600,6	11.794,8	115.722,5	41.350,0	11.045,8	3.825,8	3.765,9	11.054,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.505,6	25.758,0	3.034,7	584,6	505,4	10.204,5	20.857,2	18.768,0	2.224,3	1.045,0	1.043,9	9.306,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.014.043,9	1.086.318,0	634.583,2	449.701,6	413.750,3	1.366,7	1.231.947,4	1.048.400,0	770.283,2	606.429,6	606.429,5	123.459,7
Ministério do Esporte	249.620,3	156.492,0	100.800,8	8.724,8	8.724,8	88.212,4	478.064,7	53.000,0	37.613,1	4.132,3	4.022,9	22.022,3
Ministério da Defesa	1.358.524,2	1.422.400,0	890.944,7	336.119,8	305.536,3	67.665,3	1.879.406,8	955.776,0	560.473,3	234.683,5	222.492,3	317.880,6
Ministério da Integração Nacional	1.118.588,3	682.726,0	459.832,1	192.731,9	109.762,8	189.021,8	2.294.896,7	925.366,0	401.759,1	132.140,1	72.728,6	180.288,7
Ministério do Turismo	263.205,2	176.458,0	111.888,6	22.902,7	22.902,7	156.350,4	658.657,8	114.713,0	44.064,7	1.224,8	1.224,8	39.683,7
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	196.570,3	150.680,0	88.594,8	35.702,7	35.702,7	38.325,2	171.360,0	181.260,0	43.452,2	23.604,9	23.603,5	19.624,3
Ministério das Cidades	1.106.499,7	968.736,0	598.790,4	160.351,4	150.915,6	15.694,4	2.341.810,8	516.700,0	352.141,0	89.803,4	72.246,1	303.928,2
TOTAL	12.775.828,1	10.701.904,0	6.164.292,4	1.922.283,2	1.620.942,0	2.620.533,9	22.270.281,9	13.191.076,0	5.886.498,6	2.219.903,1	1.844.580,7	2.800.263,4

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.



TESOURO NACIONAL

F P E / F P M

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano VIII - nº 8

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Agosto / 2005

Comentários

Em Agosto de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 2,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.922.330,4 em Agosto de 2005, contra R\$ 3.812.378,9 no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2004			2005			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago / 2005	Ago / 2005	Jul a Ag / 2005
							Jul / 2005	Agto / 2004	Jul a Ag / 2004
FPM	1.428.892,0	1.858.955,1	14.152.538,6	1.950.770,5	2.007.032,0	17.428.226,5	2,9 %	8,0 %	23,1 %
FPE	1.363.541,6	1.773.935,9	13.503.993,7	1.861.608,4	1.915.298,4	16.631.650,2	2,9 %	8,0 %	23,2 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Agosto de 2005 foram efetuados nos dias 10, 19 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	0,5 %	2,9 %	0,5 %	2,9 %	27,0 %	23,7 %

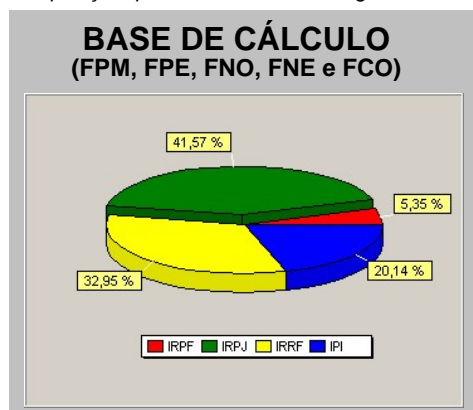
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com os dados fornecidos pela SRF, embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	set/ago	out/set	nov/out
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-15,0 %	15,0 %	-7,0 %
IPI-EXP	-5,0 %	19,0 %	-5,0 %

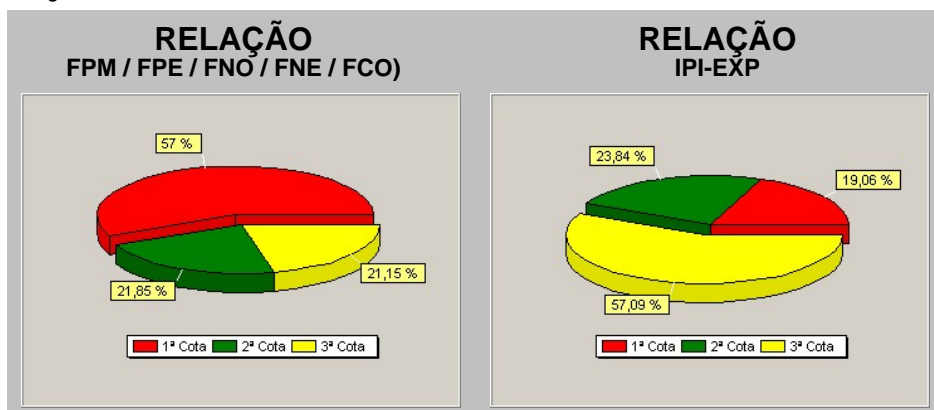
Composição dos Fundos

Em Agosto de 2005 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2005 a 20/08/2005, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Jul/3º DEC	402.384,1	5.571.224,7	5.973.608,8	Ago/1º DEC	1.091.677	1.142.452,7	34.202,7	400.293,9	2.668.626,3
Ago/1º DEC	503.245,5	1.787.167,4	2.290.412,9	Ago/2º DEC	418.573	438.041,5	42.775,9	158.715,9	1.058.106,2
Ago/2º DEC	1.205.015,3	1.011.391,9	2.216.407,2	Ago/3º DEC	405.048,4	423.887,9	102.426,3	164.358,1	1.095.720,7
TOTAL	2.110.644,9	8.369.784	10.480.428,9	TOTAL	1.915.298,4	2.004.382	179.404,8	723.368	4.822.453,2
Ago/3º DEC	364.588	5.772.133,6	6.136.721,6	Set/1º DEC	1.121.485,9	1.173.648	30.990	410.492,4	2.736.616,3

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	11.207,1	65.522,36	18,75	13.582,49
Alagoas	AL	47.729,38	79.678,33	444,7	23.529,49
Amazonas	AM	27.551,46	53.444,49	4.808,32	15.570,27
Amapá	AP	7.048,36	65.349,98	3,79	12.949,6
Bahia	BA	179.074,31	179.965,27	10.831,88	66.851
Ceará	CE	104.895,52	140.523,53	2.358,48	44.417,68
Distrito Federal	DF	4.447,12	13.219,39	50,27	3.470,64
Espírito Santo	ES	35.799,59	28.729,48	7.996,63	14.610,56
Goiás	GO	72.838,08	54.453,85	1.798,45	23.347,9
Maranhão	MA	81.512,33	138.250,07	1.699,22	53.712,11
Minas Gerais	MG	263.644,56	85.316,97	20.386,52	70.663,28
Mato Grosso do Sul	MS	29.812,43	25.511,77	1.147,29	10.490,28
Mato Grosso	MT	37.928,3	44.203,17	1.707,33	15.619,95
Pará	PA	72.967,19	117.063,04	6.733,08	44.100,32
Paraíba	PB	64.802,3	91.721,72	703,82	27.868,26
Pernambuco	PE	101.501,99	132.159,42	1.002,32	39.740,12
Piauí	PI	49.904,48	82.767,7	97,55	24.758,84
Paraná	PR	135.353,37	55.221,88	20.001,54	41.445,68
Rio de Janeiro	RJ	59.208,83	29.260,01	18.528	21.374,43
Rio Grande do Norte	RN	49.795,95	80.019,25	1.212,69	23.276,47
Rondônia	RO	18.248,06	53.927,14	256,04	12.887,97
Roraima	RR	9.789,38	47.512,81	11,68	10.130,46
Rio Grande do Sul	RS	135.223,81	45.101,45	25.795,4	40.609,07
Santa Catarina	SC	77.935,26	24.511,99	15.786,91	22.391,14
Sergipe	SE	29.176,26	79.586,39	120,97	19.321,21
São Paulo	SP	268.885,65	19.152,98	35.880,96	69.506,99
Tocantins	TO	30.750,92	83.123,95	22,25	20.132,95
TOTAL		2.007.032,01	1.915.298,38	179.404,82	786.359,15

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Comp. da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Outubro	2004	26/11/2004
Novembro	2004	21/12/2004
Dezembro	2004	09/02/2005
Janeiro	2005	16/02/2005
Fevereiro	2005	17/03/2005
Março	2005	19/04/2005
Abril	2005	02/06/2005
Maio	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN nº 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Agosto / 2005

Comportamento no Mês

Em Agosto de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.718.773,0, contra R\$ 2.634.046,4 no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 3,2% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 5,8% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Julho	Participação	Agosto	Participação	Ago / Jul
FPM	341.223,4	13,0 %	351.064,5	12,9 %	2,9 %
FPE	328.519,1	12,5 %	337.993,8	12,4 %	2,9 %
IPI-EXP	25.591,7	1,0 %	31.659,7	1,2 %	23,7 %
LC 87/96	42.390,3	1,6 %	42.390,3	1,6 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	69.752,7	2,6 %	23.250,9	0,9 %	-66,7 %
ICMS	1.826.569,2	69,3 %	1.932.413,8	71,1 %	5,8 %
TOTAL	2.634.046,4	100,0 %	2.718.773,0	100,0 %	3,2 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8648 - 2104-9270 - 2104-9295;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
 Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 501
 CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

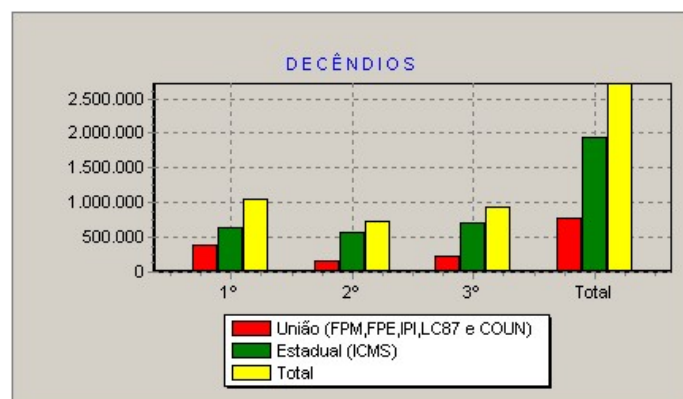
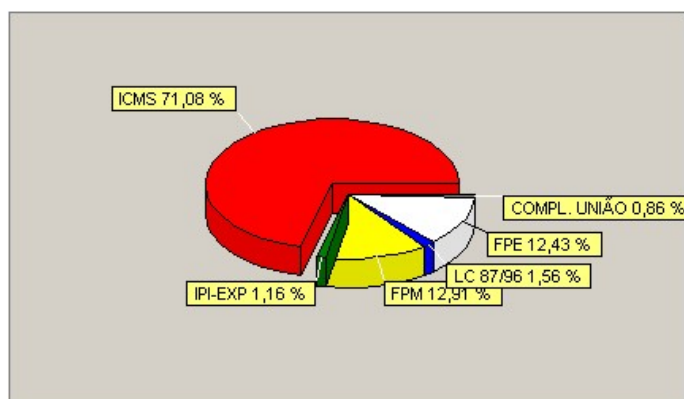
Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
TOTAL			69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	23.250.885	93.003.540

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	144.012	11.563	1.978	3	0	39	4.155	17.738	123,2	1.031,1
Alagoas	686.155	14.061	8.423	78	610	357	18.818	42.347	61,7	450,7
Amapá	124.616	11.532	1.244	1	0	173	3.124	16.074	129,0	1.085,5
Amazonas	737.073	9.431	4.862	849	0	428	37.959	53.530	72,6	566,1
Bahia	2.886.955	31.759	31.601	1.912	0	1.580	68.682	135.533	46,9	424,5
Ceará	1.585.399	24.798	18.511	416	0	692	36.221	80.638	50,9	420,6
Distrito Federal	294.440	2.333	785	9	0	344	0	3.471	11,8	101,5
Espírito Santo	501.939	5.070	6.318	1.411	0	1.812	48.410	63.021	125,6	1.018,7
Goiás	915.092	9.610	12.854	317	0	567	47.151	70.499	77,0	647,9
Maranhão	1.475.516	24.397	14.385	300	13.917	713	18.509	72.221	48,9	424,8
Mato Grosso	575.990	7.801	6.693	301	0	825	41.846	57.466	99,8	770,0
Mato Grosso do Sul	404.776	4.502	5.261	202	0	525	32.145	42.636	105,3	808,7
Minas Gerais	3.257.717	15.056	46.525	3.598	0	5.484	216.518	287.181	88,2	666,5
Paraná	1.558.298	9.745	23.886	3.530	0	4.285	120.261	161.706	103,8	780,8
Paraíba	773.710	16.186	11.436	124	0	122	16.309	44.177	57,1	482,6
Pará	1.554.289	20.658	12.877	1.188	7.523	1.855	22.666	66.766	43,0	417,9
Pernambuco	1.429.101	23.322	15.667	177	0	574	50.726	90.466	63,3	496,6
Piauí	663.490	14.606	8.807	17	1.201	128	10.499	35.258	53,1	459,3
Rio Grande do Norte	543.826	14.121	8.788	214	0	154	23.226	46.503	85,5	659,6
Rio Grande do Sul	1.541.054	7.959	23.830	4.552	0	4.268	139.962	180.571	117,2	905,1
Rio de Janeiro	2.002.925	5.164	10.449	3.270	0	2.493	157.707	179.082	89,4	737,3
Rondônia	300.173	9.517	3.220	45	0	106	15.774	28.662	95,5	769,5
Roraima	75.189	8.385	1.728	2	0	16	2.889	13.020	173,2	1.423,5
Santa Catarina	878.422	4.326	13.753	2.786	0	1.526	70.894	93.285	106,2	881,1
Sergipe	378.202	14.045	5.149	21	0	106	12.566	31.887	84,3	705,4
São Paulo	5.091.365	3.380	46.612	6.332	0	13.183	706.964	776.471	152,5	1.100,5
Tocantins	263.208	14.669	5.427	4	0	33	8.433	28.566	108,5	892,2
TOTAL	30.642.932	337.994	351.064	31.660	23.251	42.390	1.932.414	2.718.773	88,7	695,3

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07/03/2005. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.